



RIO NEGRO, RIO IÇANA, RIO SOLIMÕES E AS MULHERES INDÍGENAS NA LUTA PELOS SEUS TERRITÓRIOS — AMAZONAS / BRASIL

RIO NEGRO, RIO IÇANA, RIO SOLIMÕES, AND INDIGENOUS WOMEN IN THE STRUGGLE FOR THEIR TERRITORIES — AMAZONAS / BRAZIL

[10.29073/naus.v6i1.830](https://doi.org/10.29073/naus.v6i1.830)

RECEÇÃO: 28 de novembro de 2023.

APROVAÇÃO: 7 de dezembro de 2023.

PUBLICAÇÃO: 28 de dezembro de 2023.

AUTOR/A 1: Rita Machado , Universidade do Estado do Amazonas, Brasil, rmachado@uea.edu.br.

AUTOR/A 2: Hemily Marinho , Universidade do Estado do Amazonas, Brasil, hemilypmt@gmail.com.

AUTOR/A 3: Marcela Barbosa , Universidade do Estado do Amazonas, Brasil, miguel261016@gmail.com.

RESUMO

O artigo apresenta uma pesquisa de cunho teórico em nível de mestrado, no qual analisa-se obras de três pensadoras indígenas do estado do Amazonas, representantes do pensamento pedagógico dos seus respectivos povos e que atuam em diferentes espaços da sociedade amazonense. São elas: Alva Rosa Vieira, do povo Tukano, conhecida como Alva Rosa Tukano; Francineia Fontes, do povo Baniwa, conhecida como Francy Baniwa; e Altaci Rubim, do povo Kokama, conhecida como Altaci Kokama. O objetivo principal desta pesquisa é evidenciar a trajetória de vida e obra de mulheres indígenas do estado na luta pelo direito à existência de seus povos. Para a composição deste trabalho, selecionamos as obras: *Território etnoeducacional rio Negro: significações de uma política pública* (2017), de Alva Rosa Tukano; *Minha escrivência, experiências vividas e diálogo com as mulheres indígenas do rio Negro — Amazonas/Brasil* (2020), de Francy Baniwa; e *O reordenamento político e cultural do povo Kokama: a reconquista da língua e do território além das fronteiras entre o Brasil e o Peru* (2016), de Altaci Kokama. Visibilizar essas mulheres e suas pesquisas como fonte de conhecimento ancestral dos territórios indígenas do Amazonas é uma forma de fortalecer a produção científica e ancestral desenvolvida por mulheres indígenas.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura; Mulheres Indígenas; Pensamento Pedagógico Indígena; Território Etnoeducacional.

ABSTRACT

The article presents a theoretical research at the master's level, in which the works of three indigenous thinkers from the state of Amazonas are analyzed. They represent the pedagogical thinking of their respective peoples and are active in different spaces of Amazonian society. These thinkers are: Alva Rosa Vieira, from the Tukano people, known as Alva Rosa Tukano; Francineia Fontes, from the Baniwa people, known as Francy Baniwa; and Altaci Rubim, from the Kokama people, known as Altaci Kokama. This research's main goal is to highlight the life and work trajectories of indigenous women in the state in their struggle for the right to the existence of their peoples. For the composition of this work, we selected the following works: *Território etnoeducacional rio Negro: significações de uma política pública* (2017) by Alva Rosa Tukano; *Minha escrivência, experiências vividas e diálogo com as mulheres indígenas do rio Negro — Amazonas/Brasil* (2020) by Francy Baniwa; and *O reordenamento político e cultural do povo Kokama: a reconquista da língua e do território além das fronteiras entre o Brasil e o Peru* (2016) by Altaci Kokama. Making these women and their research visible as a source of ancestral knowledge of the indigenous territories of the Amazon is a way to strengthen the scientific and ancestral production developed by indigenous women.

KEYWORDS: Culture; Ethnoeducational Territory; Indigenous Pedagogical Thinking; Indigenous Women.



INTRODUÇÃO

A proposta da presente pesquisa é evidenciar a trajetória de vida e obra de mulheres indígenas do estado do Amazonas na luta pelo direito à existência de seus povos em diferentes espaços da sociedade amazonense. O estudo destaca pensamentos pedagógicos ancestrais de cada povo, a partir da análise das obras de Alva Rosa Tukano, Francy Baniwa e Altaci Kokama. Este estudo está dividido em três tópicos principais, são eles: rio Negro, rio Içana e rio Solimões. Essa divisão ocorre pela representação que esses rios significam nas vidas dos indígenas do estado do Amazonas.

Ao longo desta escrita, se poderá refletir sobre a presença feminina na luta pelo direito aos territórios, por políticas públicas específicas para educação, pela revitalização da língua e pela valorização dos saberes de mulheres indígenas. Não se pretende esgotar o tema e tampouco restringir as sociedades indígenas presentes nos rios Negro e Solimões aos povos que serão apresentados neste trabalho. O que se visa é trazer uma contribuição sobre a temática, a partir das inquietações como mulheres, indígenas e não indígenas, pesquisadoras e moradoras desta terra, escrevendo sobre as parentas que estão ocupando outros espaços.

A presente pesquisa é de cunho teórico em nível de mestrado, na qual são analisadas obras de três mulheres indígenas do estado do Amazonas, nas quais é possível encontrar representações do pensamento pedagógico dos seus respectivos povos. Para a composição deste trabalho, selecionamos as seguintes obras: *Território etnoeducacional rio Negro: significações de uma política pública* (2020), de Alva Rosa Tukano; *Minha escrivência, experiências vividas e diálogo com as mulheres indígenas do rio Negro — Amazonas/Brasil* (2020), de Francy Baniwa; e *O reordenamento político e cultural do povo Kokama: a reconquista da língua e do território além das fronteiras entre o Brasil e o Peru* (2016), de Altaci Kokama.

RIO NEGRO

Ao longo dos 1.700 quilômetros de extensão, a cor negra das águas carrega em si a decomposição de sedimentos orgânicos que a floresta cede, a exemplo de troncos de árvores, folhas, galhos, que se desfazem e liberam os ácidos húmico e fúlvico, responsáveis pela cor do rio Negro. Nesse espaço, temos a mata de igapó, que é uma floresta dentro da água — “igapó”, em tupi antigo, significa “rio de raízes”. Essa mata dentro da água abriga animais e vegetação próprios de sua biodiversidade.

O rio é um espaço sagrado para os originários da terra, e não é só pela sua imensidão e pela beleza estonteante. São cerca de 60 locais sagrados ao longo do rio Negro, que abrigam vários povos. Para a família Tukano oriental, de acordo com a ancestralidade narrada entre as gerações, “uma grande cobra canoa subiu as águas do rio Negro para criar a humanidade. É assim começa a história narrada pelos parentes da família Tukano oriental” (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro [FOIRN], 2021).

Criada em 30 de abril de 1987, a FOIRN tem sede e foro no município de São Gabriel da Cachoeira (AM). Essa organização articula ações de defesa dos direitos e de desenvolvimento sustentável junto a 23 povos indígenas que ali vivem há tempos imemoriais. Os 23 povos se organizam em 750 comunidades indígenas na região mais preservada da Amazônia (FOIRN, 2021).

ALVA ROSA TUKANO (ALVA ROSA LANA VIEIRA) — FILHA DO RIO NEGRO

Mulher do povo Tukano, Alva Rosa Lana Vieira é professora graduada em Licenciatura em Matemática e mestra em Gestão e Avaliação da Educação Pública. É também a primeira mulher indígena a receber o título de doutorado pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). A história dessa pensadora do povo Tukano começa no rio Waupés, afluente do rio Negro. Alva Rosa Tukano, como é mais conhecida, é líder e referência na luta pela educação escolar indígena no Amazonas. Sua trajetória de vida é marcada pelo envolvimento profundo com o movimento de professores e professoras indígenas.



No ano 2000, quando foi eleita vereadora em seu município, São Gabriel da Cachoeira (AM), ela participou da aprovação do Projeto de Lei n.º 145, que oficializou o uso de três línguas indígenas no município. São elas: Baniwa, Tukano e Nheengatu. Ao finalizar o seu mandato, em 2005, seguiu para a capital do Amazonas, a fim de compor os quadros da Gerência de Educação Escolar Indígena (GEEI), onde trabalhou no Projeto Pirayawara, programa de formação de professores indígenas do Amazonas. Em 2009, entrou para a Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena (CGEEI), auxiliando na Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (I CONEEI) e na articulação para a implantação e a implementação dos territórios etnoeducacionais, tendo como base a consulta aos povos indígenas.

No movimento de professores e professoras indígenas pela educação escolar indígena, participou ativamente da criação de fóruns e conselhos do movimento indígena no Amazonas, dentre eles, o Conselho dos Professores Indígenas do Rio Negro (COPIARN). Foi eleita para assumir o Conselho dos Professores Indígenas da Amazônia (COPIAM) e participou da criação do Fórum de Educação Escolar Indígena (FOREEIA) e do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI).

A dissertação de mestrado dessa pensadora indígena, intitulada *Território etnoeducacional rio Negro: significações de uma política pública* (2017), foi escolhida, dentre tantos outros textos já escritos por ela, porque apresenta em seu conteúdo a práxis de vida da autora. Com uma riqueza de reflexões que não se separam da prática, Alva Rosa contribui para a formação de inúmeras organizações indígenas pelo estado do Amazonas.

Vale ressaltar que essas organizações não têm fins lucrativos nem são organizações governamentais. No entanto, elas são a personificação do que entendemos como forma de organização para o bem comum: o *ajuri*. Pela força do trabalho coletivo entre muitos povos, elas articulam e representam seus interesses junto aos não indígenas que detêm o poder de decisão. Desse modo, essas organizações formadas por vários povos “representam a interlocução política frente ao Estado Brasileiro e segmentos da sociedade” (Vieira, 2017, p. 36). Somente organizados coletivamente, consegue-se qualidade de vida.

No que tange à implantação e à implementação dos territórios etnoeducacionais, quando assumiu a Gerência da Educação Escolar Indígena da SEDUC/AM em 2010, Alva Rosa trabalhou para que isso ocorresse em todo o estado do Amazonas.

[...] um dos trabalhos marcantes foi a implementação dos territórios etnoeducacionais em todo estado — TEE Rio Negro, TEE Baixo Amazonas, TEE Juruá/Purus, TEE Médio Solimões, TEE Vale do Javari, TEE Alto Solimões e TEE Yanomami e Ye'kuana (Amazonas e Roraima) (Vieira, 2017, p. 16).

Para entender esse trabalho, precisa-se ter em mente que o etnoterritório é um espaço ocupado por uma ou mais sociedades indígenas, que vivenciam suas formas de vida numa perspectiva de simbolismo cosmológico que envolve pessoas e culturas na partilha de um espaço-território. “Nesse sentido, no campo educacional, é apresentada a política dos territórios etnoeducacionais aos povos indígenas como uma gestão partilhada, que transcende a divisão política administrativa dos estados e municípios” (Vieira, 2017, p. 54).

É uma forma de organização que não obedece à regra de entendimento de divisão por entes federados, mas organiza as sociedades indígenas do Amazonas como território etnoeducacional (TEE), para a criação de políticas específicas para essas localidades, rompendo com a noção de fronteiras geográficas dos municípios. O TEE do Rio Negro foi o primeiro a ser criado no Brasil e faz parte dos 25 TEEs implantados por essa política.

Em nível federal, o apoio do Ministério da Educação para a adoção dos TEEs não durou muito. Em 2012, houve a sua suspensão, como forma de interromper a organização das comunidades. Em sua dissertação, Alva Rosa denuncia a falta de compromisso do governo com as sociedades indígenas e suas demandas: “apesar disso, os povos indígenas



não se desanimam, já que lutam pela continuidade de políticas como um compromisso de Estado, e não de Governo” (Vieira, 2017, p. 67).

É essa convicção sobre a necessidade de continuidade das políticas para a manutenção da vida indígena que move o trabalho da autora. Nas considerações finais da sua dissertação de mestrado, Alva Rosa Tukano denuncia os ataques que a legislação sobre terras indígenas vem sofrendo e os interesses do agronegócio por esses territórios, ameaçando a sua preservação e os “bens comuns” que eles abrigam:

É necessário que o povo brasileiro entenda que os povos indígenas não são obstáculos para o desenvolvimento do país, mas, ao contrário, são suportes necessários para buscar soluções que garantam a transição de um modelo de desenvolvimento respeitoso aos direitos humanos e ao meio ambiente (Vieira, 2017, p. 93).

Compreender esse modo de vida tradicional como uma alternativa para as crises que estamos vivenciando neste século é fundamental para ressignificar o que se entende por desenvolvimento. Nesse sentido, na perspectiva de um mundo globalizado, fundamentado no capitalismo que rege o modo de vida e de pensamento da maioria das pessoas, e que direta ou indiretamente as influencia para o acúmulo de “coisas”, pensar na existência de um modelo de desenvolvimento no Brasil que respeite os direitos humanos e o meio ambiente pode parecer até utópico. Mas ele existe e é vivenciado por nós, povos indígenas, que há milhares de anos habitamos neste espaço de terra a qual chamamos de Brasil.

RIO IÇANA

Tendo suas nascentes na Colômbia, o rio Içana entra no Brasil na direção sudoeste. Com uma extensão de 696 quilômetros, as águas se encontram com o território brasileiro a 76 quilômetros da nascente do rio. Quando chega em nosso solo, o rio Içana forma 19 cachoeiras, que mudam de tom à medida que recebem água de outros igarapés.

Os Baniwa estão distribuídos em 93 povoados, entre comunidades e sítios, perfazendo, no ano de 2000, um total aproximado de 15 mil indivíduos, estando cerca de 4.026 no Brasil. Em solo brasileiro, os povoados estão localizados no Baixo, Médio Içana e nos rios Cubati, Cuiari e Aiari. Os Baniwa também estão presentes em comunidades do Alto Rio Negro, nas cidades de São Gabriel, Santa Isabel e Barcelos. (Fontes, 2019, p. 17).

O rio Içana é parte fundamental da formação e da continuação da vida do povo Baniwa. Permeado por corredeiras, repleto de peixes e toda sorte de vida que as suas águas abrigam, esse rio banha e alimenta o povo, alimentando também a ancestralidade cultural, em uma perspectiva sagrada de existência que harmoniza os seres humanos com o meio em que habitam.

FRANCY BANIWA (FRANCINEIA BITENCOURT FONTES) — FILHA DO RIO IÇANA E MULHER RIO-NEGRINA

Mulher indígena, pensadora do povo Baniwa, do clã Walipere-dakeenai, pesquisadora das narrativas e dos saberes femininos dentro das comunidades Baniwa, Francineia Bittencourt Fontes, ou Francy Baniwa, desenvolve pesquisas em seu território por meio de registros fotográficos, vídeos e escritos, além da produção de cerâmica. Professora de Sociologia, ela é licenciada em Sociologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), mestra pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutora em Antropologia Social pela mesma universidade. Hipamale¹ nasceu na terra indígena de Alto Rio Negro (AM), foi professora do Ensino Fundamental na rede estadual do Amazonas, presidiu

¹ Nome indígena de Francineia, que remete ao som da cachoeira de Wapuí (“Hipana” em Baniwa), que é o lugar da origem do mundo.



a Associação de Mulheres Indígenas do Baixo Içana (AMIBI) em 2013 e coordenou o Departamento de Mulheres Indígenas do Rio Negro (DMIRN/FOIRN) de 2014 a 2016.

O texto selecionado para a presente discussão é intitulado *Minha escrevivência, experiências vividas e diálogo com as mulheres indígenas do rio Negro — Amazonas/Brasil (2020)*, que trata de um recorte da sua dissertação de mestrado. Nesse escrito, Francy relata algumas experiências vividas como mulher Baniwa e com as outras companheiras Baniwas. É um relato, segundo ela, “de dentro para fora”, carregado de ancestralidade, que narra a sua experiência como “mulher, indígena e acadêmica, sobre as mulheres rionegrinas, na qual lutamos para dar visibilidade para nossa fala, e falar sobre o nosso papel como mulheres indígenas” (Fontes, 2020, p. 180).

Ao longo do texto, ela expressa o seu orgulho de ser uma indígena Baniwa e, como indígena e antropóloga, poder escrever sobre seu povo em uma perspectiva própria. Assim, ela nos presenteia com uma rica narrativa do modo Baniwa de ver e viver o mundo, mantendo viva a sabedoria milenar: “meu mundo era uma biblioteca viva e meus dicionários para explicação eram meus avós, avôs, meu pai e outros” (Fontes, 2020, p. 180).

Essa apresentação de um mundo milenar feita pela narrativa escrita de uma mulher indígena confronta as relações de dominação presentes em diversos espaços de poder, de construção e socialização de conhecimentos, como a própria universidade. Sobre a aldeia como um lugar de poder ancestral, ela afirma: “É daqui que nós estamos pensando sobre nós mesmos, é daqui que temos que pensar em nós (mulheres). Nós possuímos origens diferentes, somos herdeiras de filosofias próprias aos nossos povos” (Fontes, 2020, p. 182).

“Escrever-se” como mulher indígena, por meio da escrita antropológica, é outro fator de confronto, que carrega uma importância simbólica com relação à visibilidade das mulheres indígenas, pois, no contexto da pesquisa antropológica, acarreta a mudança de “objeto de pesquisa” para “autoras e herdeiras de filosofias próprias”. No contexto do movimento e da vida indígena, ela afirma:

Quando se fala das mulheres indígenas dentro do contexto indígena, afirmamos que nossa relação com a terra é especial, a terra é mãe, por ser mãe, a terra é mulher, pois sustenta seus filhos, necessariamente temos que entender a mulher dentro de uma dinâmica que cria espaços políticos e ideológicos, espaços de troca de saberes, espaços de fortalecimento das identidades e das diferenças, de um espaço de negociação de interesses e de prioridades para atingir metas estabelecidas por muitos povos. Hoje, temos que pensar a especificidade dos nossos povos (nossas etnias) e pensar para todos os povos (todas as etnias) (Fontes, 2020, p. 183).

A partir dessa afirmação de Francy Baniwa, consegue-se compreender a profundidade da significância do papel do cuidado para a continuação da vida indígena e do viver indígena. Somos criadoras de espaços políticos e ideológicos que, aos poucos, vamos conquistando — seja os já existentes, seja os que nós próprias criamos —, levando a ancestralidade das vozes de mães, tias e avós na memória e no corpo.

Outra expressão usada por ela que descreve as atividades das mulheres indígenas é “diplomatas étnicas”, a qual designa as mulheres indígenas que compartilham suas culturas com a cultura do outro pelo casamento. Essas e tantas outras atividades exercidas pelas mulheres Baniwa contribuem sistematicamente para o viver indígena.

Eu vejo que elas (avós, mãe, tias, primas, cunhadas) muito pouco escrevem sobre suas práticas educativas e experiências vividas. Se nós mulheres indígenas e acadêmicas não escrevemos o que elas ou nós falamos, essas experiências vão se dissolvendo, evaporando e não sobra mais nada [...]. (Fontes, 2020, p. 183).

Sobre a importância de tornar a escrita um espaço político de troca de saberes e de fortalecimento de identidades, entendo e tomo com uma responsabilidade coletiva, para nós, mulheres indígenas destes territórios que formam o



Amazonas, *escrever* nossas ancestrais, suas experiências e saberes nesse outro espaço de conhecimento que a escrita nos abre.

RIO SOLIMÕES

No estado do Amazonas, mais precisamente na região oeste, está localizado o rio Solimões, cuja nascente brota no Peru. Esse rio ocupa uma área de 57.922 km² e é manancial de vida, que alimenta, banha e transporta as populações que moram às suas margens. É também berço de pesquisas científicas.

Como afluentes na sua margem direita, estão os rios Javari, Jutai, Juruá e Purus. Na margem esquerda, encontram-se os rios Içá e Japurá. O Solimões se destaca também pelo encontro com o rio Negro, famoso pelo contraste que se forma visivelmente nas águas de ambos.

O nome “Solimões” faz referência aos povos que habitavam as margens dos rios antes das invasões coloniais. Esses povos originários eram denominados como Sorimões, Sorimão ou Joriman, todos derivados da palavra latina *solimum*, por conta da referência ao veneno que era usado nas pontas de flechas e dardos.

ALTACI KOKAMA (ALTACI CORRÊA RUBIM)

Altaci Corrêa Rubim é uma mulher indígena do povo Kokama, professora graduada em Normal Superior pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) (2005) e em Pedagogia pela Universidade Leonardo da Vinci (2009). Em 2011, tornou-se mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pelo PPGSA/UFAM e concluiu seu doutorado em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília (UnB) em 2016.

Atualmente, a Profa. Dra. Altaci é docente e pesquisadora do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas (LIP) do Instituto de Letras (IL) da UnB e professora e pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA/UEA). É membro do GT Internacional para a Década das Línguas Indígenas, organizado pela UNESCO (2020–2023). Atua fortemente com temas como: mapeamento, identidade étnica, índios na cidade, política linguística e, principalmente, com elaboração de material didático em língua indígena. Além disso, é professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Amazonas.

O texto selecionado para a presente discussão é a tese de doutorado da pensadora, intitulada *O reordenamento político e cultural do povo Kokama: a reconquista da língua e do território além das fronteiras entre o Brasil e o Peru* (2016). Neste trabalho, ela analisa os processos de territorialização da língua Kokama na Amazônia brasileira, numa perspectiva de política educativa e etnográfica, e aponta que as mobilizações em torno da língua sintetizam o autoconhecimento do povo Kokama, permeando a identidade e a política linguísticas.

Nesse sentido, o processo de territorialização da língua Kokama no Amazonas pode ser expresso pelas lutas para a vitalização da língua, por intermédio da Educação Escolar Indígena (EEI). “[...] há um novo processo de territorialização diferente da situação imposta pelos colonizadores, do qual faz parte aquela construção social da educação diferenciada em que a língua vitaliza a cultura nas escolas Kokama” (Rubim, 2016, p. 47).

Conforme apontado pela pensadora indígena, a territorialização e a territorialidade são ressignificados à medida em que se “explica não a sujeição dos indígenas ao período colonial, mas a posição dos indígenas na situação política atual, dentro de um campo de conflito, em que a identidade é acionada como um sentimento de pertencimento à coletividade” (Rubim, 2016, p. 47).

Esse sentimento de pertencimento à coletividade não se restringe aos habitantes que residem no território, como espaço geográfico no qual a aldeia está localizada, mas se expande pelas relações sociais, econômicas e principalmente culturais que são tecidas entre indígenas que moram nas cidades. Esse processo resulta em uma



simbiose de lutas que se somam em forças políticas de identidade, mobilizadas pela reivindicação do direito à existência em todos os aspectos da vida indígena.

Desse modo, a política linguística de vitalização da língua Kokama é ressignificada a partir da visão política que a língua carrega, conforme a pensadora indígena:

A meta é preservar a língua e resistir com suas memórias, sua cultura, contra as investidas do Estado no controle dos bens simbólicos, onde o bem viver é mercantilizado. Compreendemos que os processos de territorialização da língua Kokama fortalecem as demandas do povo frente à sociedade nacional. Neste contexto, esta pesquisa pretende contribuir para a ampliação do conhecimento na área de Política Linguística das línguas em processo de vitalização e para o fortalecimento da língua e cultura do povo Kokama. (Rubim, 2016, p. 301).

Por meio da pesquisa da pensadora indígena, é possível compreender a língua como um bem simbólico da cultura imaterial e ancestral do povo Kokama, que fortalece a EEI pelo seu uso no ensino e na aprendizagem nas escolas indígenas nas aldeias Kokama. Além disso, a língua é entendida ainda como manifestação cultural, que guarda os profundos significados da vida em coletividade e que, através da rememoração, alimenta a perspectiva coletiva da identidade Kokama.

Dessa forma, Altaci Kokama se destaca como mulher pesquisadora atuante na vitalização da língua de seu povo. Com a sua pesquisa, ela propõe uma política linguística da língua Kokama a partir da mobilização da comunidade, que permita a abordagem de ensino e aprendizagem da língua Kokama; a elaboração de materiais didáticos pela comunidade, a exemplo da coletânea *Yawati Tinin*; a elaboração de materiais por professores em oficinas, corrigidos com participação de especialistas da língua Kokama, e a criação do app Kokama Tradutor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, penso que não seria possível esgotar as discussões acerca da visibilidade ou da falta de visibilidade das pesquisas dessas mulheres indígenas amazonenses no cenário da pesquisa e nem é o que se pretende. A questão que trago para concluir neste texto se refere mais à necessidade de territorializar os espaços de produção de conhecimento por meio do trabalho dessas pensadoras indígenas.

No decorrer das leituras que embasaram este trabalho, as inquietações que originaram a pesquisa foram ficando mais profundas. As desigualdades que o gênero que carregamos nos impõe são reais em nosso meio indígena, não estamos imunes a isso, uma vez que todas vivenciamos, de algum modo, algum tipo de violência de gênero.

Nesse sentido, a fim de romper com a invisibilidade das pesquisas e diante da importância da luta pela existência dos seus povos, é que se fazem necessários trabalhos como estes. Alva Rosa Tukano, Franci Baniwa e Altaci Kokama são mulheres indígenas, pesquisadoras e atuantes no cenário das reivindicações pelos direitos de seus povos. Alva Rosa enfoca o direito às políticas de educação; Franci Baniwa traz para o campo da escrita as narrativas das mulheres Baniwa rio-negrinas, conceituando de dentro para fora suas perspectivas ancestrais de vida; e Altaci Kokama se dedica à pesquisa e à vitalização da língua Kokama, propondo uma política linguística da língua Kokama a partir da mobilização da comunidade.

REFERÊNCIAS

Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro — FOIRN. (2023). <https://foirn.org.br/>

Fontes, F. B. (2020). Minha escrivência, experiências vividas e diálogo com as mulheres indígenas do Rio Negro — Amazonas/Brasil. *Cadernos de Campo* (1991), 29(1), 179–186. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v29i1p179-186>



Rubim, Altaci Corrêa. (2016). *O reordenamento político e cultural do povo Kokama: a reconquista da língua e do território além das fronteiras entre o Brasil e o Peru* (Tese de doutorado, Universidade de Brasília).

Vieira, Alva Rosa Lana. (2017). *Território etnoeducacional rio Negro: significações de uma política pública*. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora).

DECLARAÇÃO ÉTICA

CONFLITO DE INTERESSE: Nada a declarar. **FINANCIAMENTO:** Nada a declarar. **REVISÃO POR PARES:** Dupla revisão anônima por pares.



Todo o conteúdo do NAUS — REVISTA LUSÓFONA DE ESTUDOS CULTURAIS E COMUNICACIONAIS é licenciado sob Creative Commons, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.